

Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais

PATRÍCIA DUARTE RANGEL

RESUMO

■ Este capítulo é escrito em forma de ensaio e tem como objetivo contribuir à discussão sobre gênero e democracia em perspectiva comparada. O objeto de estudo é a recente retração de políticas de igualdade de gênero, sendo a variável dependente o conservadorismo político em países latino-americanos, que argumentamos aqui ser incentivado pelos exemplos de destituição (e tentativas) de presidentes progressistas e sua substituição por governos substitutos. O ensaio não tem caráter analítico ou teórico. Trata-se, antes de qualquer coisa, de um exame de conjuntura preliminar, observando que os tempos recentes apresentam um contexto especialmente desafiador para a busca por equidade de gênero no continente, dada a persistência de profunda misoginia e de retomada de conservadorismo político. A autora busca compreender se os exemplos de uma guinada à direita no mundo, o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus, e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina estão de certa forma associados às reformas e retrocessos que afetam diretamente os direitos das mulheres no continente. Em outras palavras, convida a pensar sobre as relações entre a ascensão de governos de direita e a retração das possibilidades de igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ This chapter is written as an essay and aims to contribute to the discussion of gender and democracy in a comparative perspective. The object of study is the

recent retraction of gender equality policies, the dependent variable being political conservatism in Latin American countries, which we are arguing here to be encouraged by the examples of dismissal (and attempts) of progressive presidents and their replacement by substitute governments. The text is not analytical or theoretical. It is, above all, a preliminary survey of the conjuncture, noting that recent times present a particularly challenging context for the search for gender equity in the continent, given the persistence of deep misogyny and a resumption of political conservatism. The author seeks to understand whether examples of a right-wing shift in the world, the rise of extreme right-wing populism in European parliaments, and the deposition of democratically elected presidents in Latin America are somewhat associated with reforms and setbacks that directly affect rights of women on the continent. In other words, it invites us to think about the relations between the rise of right-wing governments and the retraction of the possibilities of gender equality.

■ Após um período de relativo otimismo para os movimentos de mulheres latino-americanas, os últimos anos apresentam um contexto desafiador para a busca por equidade de gênero no continente: altos índices de feminicídio, baixos níveis de representação política, assassinatos de ativistas feministas (vide o caso da leitora Marielle Franco), o fim do mandato de presidentas em vários países, e a destituição de uma delas: em 2016, a primeira presidenta da história do Brasil foi deposta por um impeachment cuja constitucionalidade é ainda questionada por especialistas e em um processo marcado por expressões de misoginia e retomada de conservadorismo político (Rangel 2017).

Nos últimos dois anos, surgiram outros exemplos de uma guinada conservadora mundo afora: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos (que agora anuncia um ataque à já devastada Síria), o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus, e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina (Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil), no que vem sendo chamado por alguns autores de “neogolpismo” (Hirst 2016, Milani 2016, Reis & Soares 2017, Cannon 2017, Soler 2015). O ocorrido vem estimulando reflexões sobre a relação entre universalidade e particularismo do conservadorismo político, que nos leva a situar o caso brasileiro como exemplo de um fenômeno mais amplo de rearticulação de tais ideologias (Bianchi 2017).

Embora constituam um fenômeno por si só relevante, a saída involuntária de mandatários nos interessa aqui uma vez que os substitutos funcionais trouxeram consigo (e chegaram ao poder com o apoio de) uma agenda de cunho passadista,

em geral avessa a reivindicações feministas. O governo que sucedeu a Rousseff, por exemplo, abriu portas para uma série de reformas que afetaram diretamente os direitos das mulheres. Uma das formas de se interpretar o fenômeno é como *backlash* à articulação feminista e ao *emporaderamento* dos movimentos de mulheres (Biroli 2016). A supracitada execução sumária da vereadora do PSOL Marielle Franco, em março de 2018, associada aos mencionados retrocessos, reabriu um debate sobre perdas de direitos das mulheres e convida a refletir sobre as relações entre a ascensão de governos de direita e a retração das possibilidades de igualdade de gênero. Tal questão não é exclusiva à conjuntura brasileira, visto que características semelhantes podem ser observadas em outros países latino-americanos (tanto os que passaram recentemente por processos de impedimento presidencial, quanto os que foram expectadores desses episódios) e na União Europeia, onde começa a ganhar força a articulação de movimentos conservadores contra aquilo que chamam de “ideologia de gênero”.

O objetivo deste ensaio é contribuir à discussão sobre gênero e democracia com uma perspectiva comparada. O objeto de estudo é a retração de políticas de igualdade de gênero, sendo a variável dependente o conservadorismo político em países latino-americanos, que argumentamos aqui ser incentivado pelos exemplos de destituição (e tentativas) de presidentes progressistas e sua substituição por governos substitutos. Para tratar do assunto, abordaremos, em um primeiro momento, tais exemplos para, em um segundo momento, discutir brevemente os retrocessos posteriores no que tange as bandeiras de igualdade de gênero. Para tanto, resgataremos dados e reflexões de trabalhos anteriores sobre retrocessos para as mulheres na América Latina (Rangel 2017, 2018; Avelar e Rangel, 2017). A título de encerramento, apresentaremos algumas considerações finais.

CONJUNTURA: INTERRUPÇÕES DEMOCRÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

■ Em 2016, o Brasil testemunhou o impedimento de Dilma Rousseff, em meio a escândalos de corrupção, nos quais a mandatária não estava envolvida. Segundo Monica Hirst (2016), a acusação de crime de responsabilidade feita contra ela foi inapropriada e teria sido facilmente refutada em um ambiente menos contaminado por polarização. As chamadas “pedaladas fiscais”, que estiveram no centro do processo, são práticas antigas no Brasil. Elas constituem manobras orçamentárias para “tirar de um bolso e colocar em outro” (Chomsky 2016) que nunca foram consideradas crimes e que haviam sido usadas mais de 100 vezes por Fernando

Henrique Cardoso e 60 vezes por Luiz Inácio Lula da Silva, além de ainda serem abertamente empregadas por 17 governadores federais (Biroli 2016). Para Chomsky (2016), na mesma linha, o impeachment teria sido uma solução para tirar o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder sem a via eleitoral, já que seriam escassas as chances de outra força partidária vencer as eleições.

Fato é que as relações de Rousseff com o Parlamento – uma instituição majoritariamente masculina¹ – estiveram em franco processo de deterioração, que prejudicou sua capacidade de governar e, em última instância, de manter seu próprio cargo, do qual foi afastada definitivamente em agosto de 2016. A mandatária, como visto, não esteve sozinha no continente: nos últimos 15 anos, deposições de presidentes da república ocorreram também no Haiti, em Honduras, e no Paraguai, e tentativas malsucedidas foram realizadas na Venezuela, na Bolívia e no Equador. De forma geral, tais presidentes foram destituídos em processos cuja constitucionalidade e respeito ao estado democrático de direito foram questionados. Segundo Pérez-Liñán e Hecimovich (2016), entre 1978 e 2016, oito² foram os presidentes foram destituídos por meio de mecanismos como impeachment, declaração de incapacidade para governar ou renúncia, sem uma intervenção militar. Desde 1980, explicam os autores, golpes militares tornaram-se raros, e formas constitucionais de destituição presidencial aumentaram³.

Cientistas políticos vêm tratando de analisar esses casos que, em alguma medida, assemelham-se aos golpes militares do século XX e, ao mesmo tempo, são muito distintos. Enquanto as antigas formas de instabilidade resultavam em quebra democrática, o novo padrão atinge somente o presidente ou a presidenta (Pérez-Liñán e Hecimovich 2016). Em sua teoria unificada de instabilidade presidencial⁴, feita com base em um banco de dados com 19 países latino-ameri-

1 Somente 10.7% da Câmara dos Deputados e 14.8% do Senado são compostos por legisladoras, o que coloca o Brasil no 152º lugar em um ranking de 193 democracias organizado pela Inter-Parliamentary Union – IPU (dados de dezembro de 2017, <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> acesso em 5 de janeiro de 2018).

2 Fernando Collor de Mello (Brasil, 1992), Carlos Andrés Pérez (Venezuela, 1993), Abdalá Bucaram (Equador, 1997), Raúl Cubas Grau (Paraguai, 1999), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005), Fernando Lugo (Paraguai, 2012), Otto Pérez Molina (Guatemala, 2015) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016).

3 Ainda segundo os autores, desde a democratização do Equador em 1978, a frequência de golpes militares caiu vertiginosamente na América Latina, e o risco de golpe em outras regiões do mundo também decresceu após 1980.

4 Segundo os autores, foi necessário desenvolver tal teoria, pois a literatura já examinou exaustivamente os determinantes institucionais, estruturais e econômicos dos golpes militares, porém há poucas explicações das causas de destituições constitucionais.

canos, Pérez-Liñán e Hecimovich (2016) explicam porque mandatários são destituídos via golpe militar ou via procedimentos legais. Para eles, enquanto alguns fatores causais motivam a oposição a destituir o presidente e explicam porque ele cai (recessão econômica, manifestações populares, e radicalização ideológica), outros fatores ampliam as capacidades dos grupos de oposição e explicam como o mandatário é destituído (difusão regional, apoio partidário, solidez da democracia).

Examinando as deposições (ou tentativas) de Jean-Bertrand Aristide in Haiti (2004), Manuel Zelaya em Honduras (2009), Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff no Brasil (2016), bem como as tentativas contra Hugo Chávez na Venezuela (2002), Evo Morales na Bolívia (2008), e Rafael Correa no Equador (2010), encontramos algumas características comuns: a emergência de intensas crises políticas acompanhadas de mobilizações populares que levaram à deposição ou renúncia do governante; e a posterior ascensão de governos reformistas que estabelecem novos arranjos e abrem espaço para as elites tradicionais. Pérez-Liñán e Hecimovich (2016) concluem que existe uma ameaça ao mandato presidencial quando este é deparado com recessões econômicas, manifestações populares e elites radicais, sugerindo que a crise pode caminhar para golpes militares em contextos históricos propícios.

Por serem mudanças radicais de governo que, contudo, são levadas a cabo com uma aparência de normalidade institucional e respeito ao estado democrático de direito, esses processos têm sido interpretados como expressões de neogolpismo (Soler 2015), “golpes constitucionais” (Roitman 2013 apud Soler 2015) ou golpes inteligentes/“smart coups” (Cannon 2017). A característica principal seria a destituição do mandatário por atores dentro do próprio Estado – i.e., Parlamento ou Poder Judiciário (definição de golpe por Hirst 2016 com base em Norberto Bobbio), sem o uso da força física e sem instituir um regime autoritário. Na contemporaneidade, explicam Pérez-Liñán e Hecimovich (2016), o custo político de uma intervenção militar é alta e, portanto, são preferíveis estratégias alternativas como impeachments ou pressão popular.

Os dois autores se perguntam se as atuais formas de instabilidade presidencial equivalem ao antigo padrão regional de golpes militares, ou se são um novo fenômeno político, completamente distinto. Segundo eles, a literatura ainda não forneceu uma resposta final para a pergunta, mas novos estudos vêm apontando as semelhanças entre intervenções militares e destituições constitucionais (Kim & Bahry, Valenzuela apud Pérez-Liñán e Hecimovich 2016), sendo que há um

consenso implícito de que ambos os fenômenos possuem causas e motivações comuns. Isso vai ao encontro da explicação de Soler (2015) para golpe de estado: mudanças de governo violando a constituição do estado pelos próprios detentores do poder político. A partir dessa definição, a autora situa o impeachment de Rousseff e a destituição de outros presidentes latino-americanos como novos mecanismos de golpe, ou neogolpismo. Segundo Cannon, tratar-se-ia de uma estratégia para, em um contexto de hegemonia das esquerdas, substituir líderes políticos com legitimidade institucional e popular.

De forma geral, os mandatários recentemente destituídos priorizavam plataformas ou simbolizavam grupos que historicamente não representavam a classe política desses países. Por tal motivo, cientistas políticos como Carlos Milani e Monica Hirst alegam que as deposições presidenciais do século XXI são manifestações de um conflito de classe, no qual atores pró-neoliberalismo buscam evitar a continuidade de tímidas formas de bem-estar social ou de modelos desenvolvimentistas. Milani (2016) afirma que a crescente polarização social vai desde a “defesa de um modelo de crescimento neoliberal até a continuidade de um modesto modelo de bem-estar e desenvolvimento social para os mais pobres e historicamente marginalizados” (Milani 2016, p. 2).

Exemplos dessa luta de classes seriam reformas como a da previdência e as reformas trabalhistas no Brasil durante o governo Temer, bem como o congelamento de gastos sociais por 20 anos. A dimensão econômica tem estimulado interpretações dos processos de deposição na perspectiva do neoliberalismo (Bianchi 2017, Lima 2017), situando-os como formas de neutralizar resultados eleitorais e ressaltando a incompatibilidade entre capitalismo e democracia inclusiva. Ampliando o nível de análise, outros autores (Santana 2017) consideram elementos do capitalismo global e da geopolítica, associando as interrupções de mandatos presidenciais com a expansão das prerrogativas judiciais dos países centrais, sobretudo Estados Unidos, as alianças entre grupos de empresários, corporação, conglomerados oligárquicos e movimentos políticos conservadores, todos interagindo em economias periféricas e de passado colonial

Outros autores (Coutinho 2017, Arêas 2017, Rangel 2017 e 2018) *vêm buscando compreender como os governos substitutos contribuem para a retração dos direitos de grupos sociais* historicamente marginalizados (indígenas, população negra, mulheres, LGBTQs, ribeirinhos e camponeses), examinando os interesses políticos de agroempresários, da mídia e de grupos evangélicos. Passaremos, na próxima seção, aos retrocessos no que tange os direitos das mulheres.

RETROCESSOS EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÊNERO

■ Como visto na seção anterior, os processos de destituição presidencial ocorridos em países latino-americanos estabeleceram novas agendas e, no geral, frearam projetos políticos progressistas e a agenda pró-equidade de gênero, não só nos países em que os impedimentos se deram, mas em outros Estados-Nacionais da região. Na maioria dos casos, como no brasileiro, foram realizadas reformas institucionais, algumas delas atacando diretamente os direitos das mulheres. Tal mudança ocorre concomitantemente à retração da representação das mulheres na política institucional, em especial nos mais altos cargos executivos. Como afirma Engler (2018), há até pouco tempo, a América Latina possuía um significativo número de mulheres ocupando a Presidência da República. Boa parte delas havia assumido mandato meio à “onda rosa”, ou virada à esquerda no continente, um fenômeno caracterizado pela ascensão democrática de governos progressistas na maioria dos países da região.

A “onda rosa” havia trazido como novidade a ascensão das “presidentas”: em 2014, a região ostentava um dos mais altos índices de mandatárias no mundo, com Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Fernández (Argentina), Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica) na Presidência de seus países, e Portia Simpson (Jamaica) e Kamla Persad-Bissessar (Trinidad e Tobago) como primeiras ministras. Atualmente, além de não há mandatárias, o número de mulheres nos ministérios de diversos países tem decrescido.

Isto posto, Engler (2018) pergunta se a recente virada à direita na região implica em menor presença das mulheres em cargos políticos. Ela cita a pesquisa “The impact of presidentas on political activity”, de Catherine Reyes-Householder e Leslie Schwindt Bayer, que indicou a correlação entre presença de uma presidenta e a participação política de mulheres (participação em campanha, intenção de voto e presença em reuniões políticas), bem como o apoio de homens e mulheres à liderança feminina. Pergunta também, invertendo as partes da equação, se pode haver relação entre o fim dos mandatos das presidentas e da onda conservadora na América Latina. Como explica Dora Barrancos (apud Engler 2018) parece haver uma relação estreita entre ambos. O conservadorismo, que vinha sendo ofuscado sobretudo por medidas de redistribuição de renda, tem ascendido nesse contexto.

Engler (2018) considera o caso do Brasil como o mais sintomático, considerando o gabinete de Michel Temer, completamente composto por homens, e

o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (Psol), líder feminista e militante de direitos humanos, expondo o perigo de enfrentar questões feministas que questionam o *status quo*. Como afirma Senra (2017), ao contrário do que havia sido previsto pela mídia de massa, a ascensão de Michel Temer não resolveu a crise político-econômica. Quanto à igualdade de gênero, observar-se-ia misoginia se expressando nos retrocessos e decisões do governo. Como afirma Magalhães (2017), antes do impeachment de Rousseff, as mulheres lutavam por aborto legal, igualdade de remuneração, representação na política e em outras esferas sociais, pelo fim da violência de gênero. Após, o objetivo tornou-se unicamente evitar mais retrocessos. Por exemplo, evitar que a reforma trabalhista permitisse que mulheres grávidas e lactantes trabalhassem em ambientes insalubres e perigosos. Esses exemplos de mudanças repentinas, curiosamente, não podem ser considerados determinações anticonstitucionais, pois são levados a cabo se acordo com os ritos estabelecidos pela lei. É precisamente essa ambiguidade que caracteriza os golpes de estado do século XXI, segundo Juan Gabriel Tokatlian: o governo fornece continuidade institucional para encobrir práticas antidemocráticas.

Uma abordagem útil para entender a questão geral da misoginia, como citado na introdução desse ensaio, é a interpretação de Flavia Biroli (2016) sobre violência política. A autora examinou tanto o impeachment de Dilma Rousseff quanto os retrocessos relativos à igualdade de gênero no governo de Michel Temer. Para a autora, a escalada da violência específica contra as mulheres pode ser compreendida como uma reação à presença feminina na política e a mudanças nos papéis de gênero na última década. A principal hipótese é que o crescente acesso das mulheres ao Estado durante o governo do Partido dos Trabalhadores (e a disseminação dos feminismos), associado à eleição da primeira mulher presidenta, ativou uma reação conservadora contra a agenda feminista e de igualdade de gênero. Assim, parte do princípio que tal reação se manifestou na forma de violência política contra mulheres, especialmente contra as feministas.

Observando esses retrocessos, um grupo de ativistas, acadêmicos, funcionários públicos e cidadãos lançou uma iniciativa chamada Alerta Social, que consolidou em uma publicação 365 recuos ocorridos no primeiro ano de governo Temer. Com base nesta publicação, bem como no trabalho de Biroli (2016), mencionarei alguns retrocessos que considero especialmente preocupantes. Vale iniciar o exame pela extinção do Ministério da Mulher, Igualdade Racial

e Direitos Humanos, o mais emblemático colapso da igualdade de gênero, pois tratava-se de uma agência de políticas para mulheres – estrutura do estado designada a desenvolver políticas para corrigir a desigualdade de gênero e promover os direitos das mulheres (Scheidegger 2014). Esse tipo de agência desempenha um papel fundamental em todos os países democráticos e constitui uma importante ferramenta para o movimento de mulheres (Bohn, 2010). Sua existência é um sinal de que movimentos feministas têm espaço dentro do estado, assim como outros movimentos sociais.

A SPM, que tinha status ministerial, foi crucial para garantir, historicamente, direitos das mulheres. Seu desmantelamento, portanto, significou grande perda para a representação política das mulheres em termos descritivos, substantivos, extra-parlamentares (Celis, Kantola & Krooks 2008) e processuais. Após a dissolução da SPM, criou-se a Secretaria de Direitos Humanos, juntamente com o Ministério da Justiça, para sediar três secretarias: Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Ao passo que a SPM foi majoritariamente coordenada por mulheres feministas ou progressistas, a nova Secretaria da Mulher foi designada a Fátima Pelaes, franca opositora aos direitos sexuais e reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo (ela se opõe à interrupção da gravidez mesmo em caso de estupro) que defende fortes opiniões religiosas na política, a ponto de ter realizado culto evangélica na sede da Secretaria em março de 2017.

A SPM não foi a única mudança ministerial. Em maio de 2016, enquanto ainda presidente interino, Temer alterou a estrutura do Estado, fazendo uso de ordens executivas provisórias. Ele modificou a arquitetura da Presidência e dos ministérios, extinguiu vários órgãos e atribuições. Três meses depois, a Câmara dos Deputados aprovou a reforma administrativa, que extinguiu alguns ministérios. Finalmente, em outubro, ele encerrou a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, um importante ramo institucional para o movimento de mulheres de regiões agrárias do país (geralmente mais pobres e mais precárias).

Além disso, em Temer, até março de 2017, o orçamento do governo para igualdade de gênero atingiu o nível mais baixo em dez anos. Intercept Brazil argumenta que a redução de custos para a igualdade de gênero em 2017 foi de 40% (ver gráfico na imagem 1 a seguir) e uma pesquisa realizada pela Poder 360 com base em dados do Siafi – Sistema de Administração Financeira Federal Integrada (consultado pela ferramenta Siga Brasil do Senado Federal) mostrou que o orçamento para mulheres, igualdade racial e direitos humanos, todos juntos, foi reduzido em 35%.



O exemplo seguinte é provavelmente o segundo mais emblemático: o gabinete branco e masculino de Temer. Quando assumiu o poder como presidente interino, a ausência de mulheres entre os novos ministros foi considerada preocupante, por se tratar do primeiro governo sem nenhuma ministra desde Ernesto Geisel (1974-79) durante o regime militar. O gabinete não representou a diversidade da população e foi considerado uma afronta aos movimentos de mulheres e negros. Por isso, Temer recebeu críticas da comunidade internacional e da mídia. Em março de 2017, as Nações Unidas declararam que seu governo tinha um dos níveis mais baixos de representação feminina no Executivo do mundo. As mulheres são maioria do eleitorado (51.9%) e quase metade dos filiados a partidos políticos (44.3%), mas somente 13.4% dos vereadores, 11% dos prefeitos, 12.8% dos deputados estaduais e 7.4% dos governadores. No Parlamento,

há atualmente 55 mulheres entre 513 deputados federais (10.7%) e 12 entre 81 senadores (14.8%). Estes percentuais nos colocam no 152º lugar de um ranking composto por 193 parlamentos do mundo todo, e em último na América do Sul, segundo a União Interparlamentar (IPU). Na América Latina, só está acima de Haiti e Belize⁵.

Como observado por Birolì (2016), uma presença radicalmente reduzida de feministas no Estado abriu caminho para grupos que atuam contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBT no Parlamento. Para Maxine Molineux (2018), são setores de direita que combatem o que denominam de “ideologia de gênero”. Apesar de não haver uma entidade coerente que se descreva como “ideologia de gênero”, o termo acaba funcionando como um guarda-chuva para o que os opositores às ideias feministas reprovam, ainda segundo a autora, como direitos LGBTI (principalmente o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo), a igualdade e a autonomia das mulheres (sobretudo autonomia sobre o próprio corpo).

Tais setores geralmente estão próximos a grupos religiosos reacionários que acreditam que os feminismos tentam apagar as “características naturais e biológicas” dos seres humanos. E têm conquistado espaço: na Costa Rica, um candidato evangélico que declarou uma cruzada contra a “ideologia de gênero” chegou ao segundo turno das eleições. No Paraguai, tem-se controlado a educação em temas de saúde reprodutiva, sexual ou de gênero. Tal decisão sequer foi feita por meio de lei, e sim por resolução do Ministério da Educação, cujo texto explicitamente proíbe materiais “da ideologia de gênero”, explica Guevara Rosas (2018).

Hoje em dia, segue Molineux (2018), a ofensiva latino-americana contra a autonomia das mulheres está entre as mais ferozes do mundo. Por exemplo, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua possuem leis duríssimas contra o aborto, apesar de haver poucos indícios de que essa rigidez diminua a incidência do número de procedimentos. Pelo contrário: ao lançar a interrupção da gravidez na clandestinidade, torna-a ilegal e inseguro, aumentando a mortalidade materna e criando grande injustiças sociais (como no caso de gravidez resultante de estu-

5 A marginalização política é transpassada por um sistema histórico de exclusão de ordem racial e econômica. Mulheres negras, portanto, enfrentam o dobro das já grandes dificuldades impostas às mulheres brancas para se elegerem. Em 2014, do total de eleitos para o Congresso Nacional, somente 2% eram mulheres negras. Quanto à Legislatura anterior (2007-2010), o Relatório das Desigualdades Raciais 2007-2008 investigou a quantidade de parlamentares negros a partir da heteroclassificação, e considerou que as mulheres negras correspondiam a aproximadamente 0,6% dos deputados eleitos. Segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 50,7% dos brasileiros (homens e mulheres) consideram-se negros, em contraste com 20% de deputados e 18,5% de senadores negros eleitos em 2014.

pro de crianças ou a prisão de mulheres que sofrem aborto espontâneo e acusadas de realizá-lo propositalmente – exemplo de El Salvador).

Os que fazem campanha contra a chamada “ideologia de gênero” recorrem ao pensamento fundamentalista e buscam promover pânicos morais sobre os efeitos da autonomia das mulheres, argumentando que o resultado é a degeneração e a decadência moral (Molineux 2018). Para Guevara Rosas (2018), a contraofensiva de forças conservadoras vem sendo frequentemente apoiada, ou contando com a conivência dos Estados latino-americanos. Segundo ela, esse é um processo preocupante, considerando que essa narrativa começa a ter ressonância na população, que se volta contra políticas de igualdade de gênero e contra os direitos das mulheres.

Os retrocessos legislativos em temas de gênero estão cada vez mais evidentes em países como o Brasil, que conta com uma maioria religiosa e orgulhosa no Congresso nacional. Biroli (2016), observando a questão, aponta para um novo arranjo político, que representou um fechamento para mulheres e direitos sociais, e situa a Bancada Evangélica como ameaça considerável. Reis e Soares (2016) informam que o contingente evangélico teve seu maior contingente na legislatura atual (92 legisladores, entre deputados e senadores, segundo o levantamento que fizeram em 2016), enquanto a legislatura anterior tinha 81 (78 deputados e 3 senadores). A bancada apoiou ativamente o impeachment de Rousseff, liderada por um de seus integrantes, o deputado Eduardo Cunha, então presidente da Câmara.

Ainda segundo os autores, embora os legisladores conservadores católicos não façam parte da Bancada, eles votam de forma semelhante, o que significa que o número de legisladores religiosos é superior a 92. Como muitos projetos de lei que visam restringir os direitos das mulheres são apresentados por esses parlamentares, suas chances de sucesso / aprovação são enormes. Dentre as ameaças mais relevantes em proposições legislativas criadas pela aliança entre líderes religiosos de diferentes sistemas de crenças cristãs (católicos, espíritas e neopentecostais) está a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos. Embora mais de um milhão de mulheres sofram abortos inseguros a cada ano no país, a legislação permanece inalterada, proibindo o aborto na maioria dos casos (o aborto é permitido apenas em caso de estupro, risco de morte e quando a criança não sobreviveria após o nascimento – anencefalia, por exemplo). Dada a forte influência religiosa no processo legislativo, tem-se buscado retroagir a legislação: o Projeto de Lei nº 5069 propõe novos procedimentos para vítimas de abuso sexual, dificultando o acesso ao aborto legal; e a PEC nº 29 visa emendar o artigo 5º da Constituição,

para estabelecer o direito inviolável à vida “desde a concepção”, que significaria a proibição do aborto mesmo nas atuais circunstâncias permitidas.

Outro direito em jogo é a luta contra a violência de gênero, ainda estrutural e generalizada no Brasil – país que tem um dos índices mais altos de feminicídio do mundo. Com o apoio do governo, os legisladores tentam minar a Lei Maria da Penha, que disciplina a prevenção e a resposta à violência contra as mulheres. Um importante revés diz respeito à previdência. O Parlamento conseguiu aprovar rapidamente uma Reforma da Reforma, que reduziu direitos e benefícios trabalhistas. Sob o argumento de que colocaria fim às “distorções”, a reforma estabelece a mesma idade de aposentadoria para homens e mulheres, desconsiderando a dupla jornada de trabalho feminina decorrente da divisão sexual do trabalho. A antiga “distorção” havia sido uma medida destinada a compensar as mulheres pelas inúmeras injustiças sofridas durante a vida profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ As democracias do continente vêm sendo abaladas por uma série de interrupções de governos democráticos, e posteriores reformas que restringem direitos das mulheres e igualdade de gênero. Significaram ataques ao estado democrático de direito e grupos sociais historicamente marginalizados. O conservadorismo político, em franca ascensão, tem se mostrado um desafio para as plataformas de igualdade de gênero, por sua intensa luta contra o que costuma denominar de “ideologia de gênero”.

Não se limita ao continente latino-americano, mas também parte de um fenômeno mais amplo: o surgimento de forças de extrema direita também na Europa e nos EUA. Na Alemanha, em 2017, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, um partido populista de direita ingressou no Parlamento: a AfD (Alternativ für Deutschland), partido ativo no combate ao que também chega de ideologia de gênero, ou seja, à implementação de obrigações nacionais e internacionais para o exercício dos direitos de toda a população, independente de ideologia ou opinião pessoal (Guevara Rosas 2018). Uma pesquisa do FASTER – Feminist Anti-StaTE Research, grupo da Universidade Livre de Berlim (investigação doutoral de Jenny Schulz) aponta os riscos do populismo de direita na Alemanha, Suíça e Áustria e descreve estratégias políticas que são muito semelhantes àquelas empregadas na América Latina, inclusive a adoção do termo pejorativo “ideologia de gênero” e o combate da plataforma de igualdade. É interessante notar as formas pelas quais o mesmo fenômeno (movimentação anti-

feminista e ascensão da direita) se manifesta em uma democracia consolidada (Alemanha) e em uma jovem democracia (Brasil). Certamente, encontram-se alições que os casos latino-americanos oferecem à Europa e que devem ser sistematizadas/ analisadas (Cannon 2018).

As destituições presidenciais na América Latina, como explica Soler (2015), tentam impedir ou eliminar um processo de mudança sociais ou redistribuição, ainda que singela. Ainda de acordo com Soler (2015), tais processos não teriam sido possíveis sem profunda desmobilização social. Observando o mesmo, Reis e Soares (2017) remontam ao pressuposto de Arendt de que a rejeição absoluta de todos os partidos políticos cria terreno fértil para o totalitarismo. Tais processos mostram, por fim, os perigos e recuos aos quais setores historicamente marginalizados são submetidas quando o Estado cai nas mãos de setores conservadores. Seus direitos são rapidamente revogados, especialmente de mulheres, indígenas, afrodescendentes, LGBT e a classe trabalhadora.

Nesse contexto, é necessário repensar o estado e suas possibilidades democráticas. Quanto menos presentes estiverem as mulheres na política institucional, menos possibilidades de igualdade de gênero haverá. A desmobilização política e o conservadorismo estão no centro dessas crises da democracia e de retração das políticas de igualdade de gênero. É, portanto, necessário fortalecer e articular a luta pelos direitos das mulheres, monitorar estrategicamente as políticas e recursos públicos em direção a uma agenda de igualdade de gênero e antirracista, bem como enfrentar plataformas fundamentalistas. Mulheres, afro-brasileiros, movimentos indígenas e LGBTs devem ocupar o estado para operar as ferramentas que podem garantir uma vida digna e justa.

Aparte, não se trata de uma questão de pontos de vista diferentes entre direita e esquerda, como explica Molineux (2018). O campo de batalha é, segundo ela, muito concreto: é o domínio dos direitos humanos. Portanto, a maneira de lidar com essa reação negativa é defender os direitos humanos que já estão garantidos na legislação nacional, ou fazer campanha para que eles sejam aprovados e respeitados e observados. Para a autora, quando por exemplo parlamentares evangélicos tentam aprovar leis para que os psicólogos “tratem” homossexuais, ou negam a contracepção e o aborto às mulheres, eles devem ser desafiados como violadores dos princípios dos direitos humanos.

Há, certamente, formas ativas de resistência. Como lembra Molyneux (2018) grandes manifestações contra a violência de gênero na América Latina com o “Nenhuma a Menos”, a Marcha das Mulheres e a campanha global Million Women Rise marcam uma nova fase nos feminismos, em que as jovens enfren-

tam os limites das várias mudanças sociais e legais das últimas décadas. E segue: tais protestos são significativos como expressões de uma nova solidariedade que coletiviza as experiências negativas que as mulheres muitas vezes sofrem sozinhas e em silêncio: uma vez que são identificadas como problemas sociais, tais questões requerem atenção e ação.

PATRÍCIA DUARTE RANGEL · Doutora em ciência política pela UnB com missão de estudos na Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina), possui mestrado em ciência política pelo IESP/UERJ e graduação em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Bolsista de pós-doutorado da FAPESP, realiza sua pesquisa no Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e no grupo “50 Anos de Feminismo”, com período de estágio no Lateinamerika Institut (LAI), Freie Universität Berlin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERTA SOCIAL. *Um golpe por dia*. http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf, 2016. Acesso em 13/09/2017.
- ARÊAS, C. The Emergence of Evangelical Neo-Conservative Discourse in Brazil (1986-2016): Reconfiguring the Intersections of Politics, Religion and Media. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- AVELAR, L.; RANGEL, P. As presidentas: trajetórias, contexto e mandatos. In Blay, E.; AVELAR, L.; RANGEL, P. (Eds.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. Volume II – Justiça de Gênero e Políticas Públicas, mimeo, 2017.
- BIANCHI, B. The Brazilian Coup under the Perspective of Neoliberalism. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 557-7 589.
- BOHN, S. Feminismo Estatal sob a Presidência Lula: o Caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, vol. 4, pp. 81-106, jul.-dez. 2010.
- CANNON, B. Ementa do Simpósio Temático “Learning from Latin America: From the particular to the universal in research and education”. Symposium at the International Congress of Americanists, Salamanca, Espanha, a acontecer em julho de 2018.
- _____. Coups, “Smart Coups” and Elections: Right Power Strategies in a Context of Left Hegemony. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- CELIS, K., KANTOLA, J. & KROOK, M. Rethinking Women’s Substantive Representation, Representation. *Journal of Representative Democracy*, 44 (2), p. 99-110, 2008.
- DEMOCRACY NOW. Noam Chomsky: Brazil’s President Dilma Rousseff Impeached by a Gang of Thieves, 2016. https://www.democracynow.org/2016/5/17/noam_chomsky_brazils_president_dilma_rousseff. Acesso em 12/09/2017.
- COUTINHO, A. Land and Extinction: Remarks on Indigenous Peoples, Latifundiários and the State in Brazil – 1988-2017. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- ENGLER, V. La actualidad de las mujeres en la política latino-americana. De la «marea rosa» al giro a la derecha, 2018. <http://nuso.org/articulo/la-actualidad-de-las-mujeres-en-la-politica-latinoamericana/>. Acesso em 12/04/2018.
- GUEVARA ROSAS, E. (2018). Las luchas feministas y la reacción conservadora – Entrevista a Erika Guevara Rosas. <http://nuso.org/articulo/las-luchas-feministas-y-la-reaccion-conservadora/> Acesso em 10/04/2018.
- HIRST, M. La crisis política de Brasil afecta a toda la región. *Jornal La Nacion*, 05/04/2016.
- LIMA, P. On Dead Ends and Pyrrhic Victories: the 2016’ Coup in Brazilian Right’s Recent History. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.

- MAGALHÃES, L. Especial um ano de golpe. Mulheres e o golpe, um ano depois, 2017. <http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2017/08/31/mulheres-e-o-golpe-um-ano-depois/>. Acesso em 10/09/2017.
- MILANI, C. The 2016 coup d'état in Brazil: why going international is a key strategy for domestic actors. Observatoire Politique de l'Amérique latine et des Caraïbes – SciencesPo- Note d'analyse n°5 em Maio de 2016.
- MOLINEUX, M. Entre las luchas feministas y las respuestas conservadoras – Entrevista a Maxine Molyneux. Nueva Sociedad, 2018. <http://nuso.org/articulo/luchas-feministas-molyneux/>. Acesso em 10/04/2018.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. e HECIMOVICH, J. Explaining military coups and impeachments in Latin America, Democratization, 2016. DOI: 10.1080/13510347.2016.1251905
- RANGEL, P. Das Gespenst des “Neo-Putschismus”. Brasilicum Ausgabe 248 (März 2018). ISSN 2199-7594
- _____. The Brazilian Coup d'État: a Putsch against Women, by Patricia Rangel. Conferência “The Brazilian Coup d'État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- REIS, G.; SOARES, G. O Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou. *Desenvolvimento em debate*, v.5, n.1, p. 51-71, 2017.
- SANTANA, C. The Geopolitics of Brazilian Coup d'État and its Consequences. Conferência “The Brazilian Coup d'État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- SCHEIDEGGER, C. Women's Policy Agencies and Institutional Architecture in Comparison: Building Blocks for Equal Gender Relations. Dissertation, University of St. Gallen, Switzerland. Bamberg: Difo-Druck, 2014.
- SCHULZ, J. Populist radical-right parties in parliament and their impact on gender-related policies and discourses in Europe. PhD Research Proposal. Freie Universität Berlin, 2016.
- SENRA, A. A democracia e os homens de preto, 2017. <http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2017/08/31/a-democracia-e-os-homens-de-preto/>. Acesso 10/09/2017.
- SOLER, L. Golpes de estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haiti (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). *Cadernos Prolam/USP* 14 (26), p. 77-89, 2015.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*

Para assinar ou adquirir os *Cadernos Adenauer*, acesse: www.kas.de/brasil

Reforma política (n. 4, 2017)

Megacidades (n. 3, 2017)

Poder Legislativo sob múltiplos olhares
(n. 2, 2017)

Política e Poder Judiciário (n. 1, 2017)

Repensando a política externa
brasileira: em busca de novos consensos
(n. 4, 2016)

Política local e Eleições 2016 (n. 3, 2016)

Mudanças climáticas:
o desafio do século (n. 2, 2016)

Educação política no Brasil: reflexões,
iniciativas e desafios (n. 1, 2016)

O global e o local (n. 4, 2015)

Internet e sociedade (n. 3, 2015)

Cidades resilientes (n. 2, 2015)

Juventudes no Brasil (n. 1, 2015)

Cibersegurança (n. 4, 2014)

Eficiência energética (n. 3, 2014)

Governança e sustentabilidade
nas cidades (n. 2, 2014)

Justiça Eleitoral (n. 1, 2014)

Relações Brasil-Alemanha /
Deutsch-Brasilianische Beziehungen
(caderno especial, 2013)

Novas perspectivas de gênero no século
XXI (n. 3, 2013)

Candidatos, Partidos e Coligações nas
Eleições Municipais de 2012 (n. 2, 2013)

Perspectivas para o futuro da
União Europeia (n. 1, 2013)

Democracia Virtual (n. 3, 2012)

Potências emergentes e
desafios globais (n. 2, 2012)

Economia verde (n. 1, 2012)

Caminhos para a sustentabilidade
(edição especial, 2012)

Municípios e Estados: experiências
com arranjos cooperativos (n. 4, 2011)

Ética pública e controle da corrupção
(n. 3, 2011)

O Congresso e o presidencialismo
de coalizão (n. 2, 2011)

Infraestrutura e desenvolvimento
(n. 1, 2011)

O Brasil no contexto político regional
(n. 4, 2010)

Educação política: reflexões e
práticas democráticas (n. 3, 2010)

Informalidade laboral na América
Latina (n. 2, 2010)

Reforma do Estado brasileiro:
perspectivas e desafios (n. 1, 2010)

Amazônia e desenvolvimento
sustentável (n. 4, 2009)

Sair da crise: Economia Social de
Mercado e justiça social (n. 3, 2009)

O mundo 20 anos após a
queda do Muro (n. 2, 2009)

Migração e políticas sociais (n.1, 2009)

Segurança pública (n. 4, 2008)

Governança global (n. 3, 2008)

Política local e as eleições de 2008
(n. 2, 2008)

20 anos da Constituição Cidadã
(n. 1, 2008)

A mídia entre regulamentação
e concentração (n. 4, 2007)

Partidos políticos:
quatro continentes (n. 3, 2007)

Geração futuro (n. 2, 2007)

União Europeia e Mercosul:
dois momentos especiais da integração
regional (n. 1, 2007)

Promessas e esperanças: Eleições na
América Latina 2006 (n. 4, 2006)

Brasil: o que resta fazer? (n. 3, 2006)

Educação e pobreza na
América Latina (n. 2, 2006)

China por toda parte (n. 1, 2006)

Energia: da crise aos conflitos?
(n. 4, 2005)

Desarmamento, segurança pública
e cultura da paz (n. 3, 2005)

Reforma política: agora vai? (n. 2, 2005)

Reformas na Onu (n. 1, 2005)

Liberdade Religiosa em questão
(n. 4, 2004)

Revolução no Campo (n. 3, 2004)

Neopopulismo na América Latina
(n. 2, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos
caminhos da democracia (n. 1, 2004)

Mundo virtual (n. 6, 2003)

Os intelectuais e a política na América
Latina (n. 5, 2003)

Experiências asiáticas:
modelo para o Brasil? (n. 4, 2003)

Segurança cidadã e polícia na
democracia (n. 3, 2003)

Reformas das políticas econômicas:
experiências e alternativas (n. 2, 2003)

Eleições e partidos (n. 1, 2003)

O Terceiro Poder em crise:
impasses e saídas (n. 6, 2002)

O Nordeste à procura da
sustentabilidade (n. 5, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 4, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço
(n. 3, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas
(n. 2, 2002)

Bioética (n. 1, 2002)

As caras da juventude (n. 6, 2001)

Segurança e soberania (n. 5, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 4, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado
(n. 3, 2001)

União Europeia: transtornos e alcance
da integração regional (n. 2, 2001)

A violência do cotidiano (n. 1, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 9, 2000)

Biotecnologia em discussão (n. 8, 2000)

Política externa na América do Sul
(n. 7, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas
(n. 6, 2000)

A Rússia no início da era Putin
(n. 5, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000
(n. 4, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 3, 2000)

O Brasil no cenário internacional
(n. 2, 2000)

Pobreza e política social (n. 1, 2000)

Este livro foi composto por
Claudia Mendes em Adobe Garamond c.11/14 e
impresso pela Stamppa em papel pólen 80g/m²
para a Fundação Konrad Adenauer
em maio de 2018.